

problemas de ordem prática, não só para Taiwan, mas para todo o mundo.

Em resumo, Taiwan é uma nação que merece nossa admiração e respeito. Estou confiante de que nossas relações sólidas e crescentes com este país continuarão a ser benéficas para ambos os países, principalmente o nosso amado estado de São Paulo. Empenhar-me-ei para que essas relações cresçam ainda mais e que São Paulo seja a locomotiva que lidere o Brasil a apoiar o ingresso de Taiwan na ONU e nos demais órgãos internacionais, nesse momento, ao menos como membro observador, de modo a viabilizar a solução de diversos problemas de ordem prática que envolve a segurança global.

Por fim, gostaria de compartilhar uma breve reflexão: quão atrasados estamos no Brasil! Taiwan era um país muito mais pobre do que o nosso na década de 1950. Hoje, é uma nação que pode ser considerada de primeiro mundo. Quase toda sua população jovem fala inglês, e mais de 45% da população entre 25 e 65 anos possui ensino superior, enquanto apenas 20% dos nossos jovens de 25 a 35 anos concluíram o ensino superior. O Brasil já está atrasado, e se não fizermos mudanças significativas, jamais estaremos aptos a competir com os asiáticos no futuro. Taiwan e outros tigres asiáticos são exemplos a serem seguidos pelo nosso país, pois conseguiram com êxito sair de uma economia pobre e sem perspectiva para tornarem-se nações ricas, com alto nível de educação e uma distribuição de renda equitativa, tudo isso sem abrir mão de um ambiente político livre e democrático.

Agradeço a todos pelo apoio nessa missão e por compartilharem desta jornada de descoberta e amizade internacional.

Viva Taiwan e seu povo! Viva São Paulo e o Brasil! Viva a América Latina!

Muito obrigado.

Deputado Gil Diniz - PL

COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA.

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas, no Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, realizou-se a Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, da Primeira Sessão Legislativa da Vigésima Legislatura, convocada nos termos do artigo 18, inciso III, alínea "d", combinado com o artigo 68, ambos do Regimento Interno, e presidida, nos termos regimentais, pela Senhora Deputada Professora Bebel. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação estiveram presentes a Senhora Deputada Marta Costa e os Senhores Deputados Carlos Cezar, Conte Lopes, Thiago Auricchio, Reis, Mauro Bragato e Delegado Olim (membros efetivos); as Senhoras Deputadas Professora Bebel e Solange Freitas e os Senhores Deputados Tomé Abduch e Ricardo França (membros substitutos). Ausentes os Senhores Deputados Dr. Jorge do Carmo, Rômulo Fernandes, Altair Moraes, Rafael Saraiva, Dr. Eduardo Nóbrega e Caio França. Pela Comissão de Educação e Cultura estiveram presentes as Senhoras Deputadas Professora Bebel e Marta Costa e os Senhores Deputados Lucas Bove, Mauro Bragato, Gilmaci Santos, Tomé Abduch, Guto Zacarias e Carlos Giannazi (membros efetivos); a Senhora Deputada Valéria Bolsonaro (membro substituto); e o Senhor Deputado Ricardo França (membro substituto eventual). Ausentes a Senhora Deputada Leclí Brandão e os Senhores Deputados Tenente Coimbra e Dr. Eduardo Nóbrega. Pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento estiveram presentes as Senhoras Deputadas Fabiana Bolsonaro e Solange Freitas e os Senhores Deputados Alex Madureira, Enio Tatto, Luiz Claudio Marcolino, Gilmaci Santos, Ricardo França e Oseias de Madureira (membros efetivos). Ausentes os Senhores Deputados Carlão Pignatari, Dirceu Dalben e Itamar Borges. Havendo número regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a reunião, convocada com a finalidade de apreciar o Projeto de Lei nº 1559/2023, tramitando em regime de urgência, de autoria do Senhor Governador, que "Institui no âmbito da Secretaria da Educação o Programa de Intercâmbio "Prontos pro Mundo", destinado aos alunos da rede pública estadual de ensino, e dá providências correlatas". Foi relator o Deputado Guto Zacarias, com voto favorável à proposição e contrário às emendas de nº 1 a 14. Colocado em discussão e votação, foi aprovado como parecer o voto do relator, por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião, que eu, Elaine Peceguini, Analista Legislativo, secretariei e da qual lavrei a presente ata que, lida e considerada conforme, foi dada por aprovada e segue assinada pela Senhora Presidente e por mim, concluindo-se os trabalhos, que foram gravados pela Divisão de Painel e Audiofonia. Salão Nobre da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 13 de dezembro de 2023.

Deputada Professora Bebel
Presidente
Elaine Peceguini
Secretária

Debates

5 DE FEVEREIRO DE 2024 2ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI, REIS, LUCAS BOVE, MAJOR MECCA e CONTE LOPES

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - REIS
Assume a Presidência.
4 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - LUCAS BOVE
Assume a Presidência.
8 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - MAJOR MECCA
Assume a Presidência.
10 - LUCAS BOVE
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - PRESIDENTE MAJOR MECCA
Comenta o pronunciamento do deputado Lucas Bove.
12 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
14 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - CONTE LOPES
Assume a Presidência.
16 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
17 - EDUARDO SUPLYCY
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
18 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência. Endossa o pronunciamento do deputado Eduardo Suplicy.
19 - EDUARDO SUPLYCY
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
20 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Defere o pedido. Faz aditamento à Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 06/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Abrindo aqui a lista de oradores inscritos para o Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Reis. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Major Mecca. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Donato. (Pausa.) Com a palavra o deputado Capitão Telhada. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa. Sr. Presidente, eu vou retomar o assunto que eu já falei na sexta-feira, em relação ao projeto do Túnel Santos-Guarujá, que é um projeto que desde o mandato passado, de 11 a 15, que acompanhei pela Assembleia.

Nós já vimos vários governadores que passaram pelo estado de São Paulo, uns diziam que iam fazer uma ponte, outros que iam fazer um túnel. Cada vez que tinha mudança de governo, alguém vinha e anunciava essa obra tão importante, que liga Santos a Guarujá.

Então, eu queria rapidamente poder colocar aqui algumas informações. Primeiro, é uma obra que nós estamos falando há quase dez décadas, que vem esse debate de fazer essa ligação, e o projeto, que vai ter a parceria entre o governo federal e o governo do estado, tem uma previsão de seis milhões para a execução dessa obra.

Para atravessar o canal por meio de balsa, a espera hoje demora várias horas, ou, caso seja feito por via terrestre, também você acaba tendo um deslocamento muito grande entre Santos e Guarujá.

Quería rapidamente passar, Machado, aqui um vídeo que mostra um pouco dessa relação, para quem nos acompanha em casa.

* * *
- É exibido o vídeo.

E aí é importante esse vídeo ora apresentado que demonstra a importância da parceria do governo federal com o Governo do Estado de São Paulo, que é uma obra que vai ser muito importante para a população do nosso estado. Então a relação entre os prefeitos, o governo do estado e o governo federal será fundamental para uma obra tão importante como essa.

* * *
- Assume a Presidência o Sr. Reis.

* * *
Agora, além dessa obra nós teremos outras obras no estado de São Paulo, no caso do Rodoanel trecho norte, que também começou. Era para ser entregue em 2014, nós estamos em 2023 com 85% da obra praticamente concluída. Ficou alguns anos parada na gestão do PSDB no estado de São Paulo.

Agora essa obra retoma também. O BNDES vai liberar 1 bilhão e 350 milhões de reais. A previsão do trecho norte vai ligar à Marginal Tietê. São quase 80.000 veículos que acabam com essa interligação, quase 20 quilômetros de via entre as faixas e essa obra tem 14 túneis e 12 de extensão.

E é importante lembrar, nobre deputado Eduardo Suplicy, que em 2014, ainda a presidente Dilma no governo do País, tinha liberado quatro bilhões de reais - dois bilhões do BNDES, dois bilhões do recurso do PAC - e o Governo do Estado deveria entrar com mais seis bilhões para conclusão dessa obra.

O problema da falta de gestão que teve de quem estava no governo naquele momento do governo estadual não conseguiu fazer a conclusão da obra e acabou ficando parada por um período e quem perde com isso é a população.

Então mais uma vez parabenizar o presidente Lula, demonstrando a importância das obras no estado de São Paulo, seja a ligação do túnel Santos-Guarujá, seja a retomada do rodoanel no trecho norte, que vai ajudar muito a população da Grande São Paulo.

Ou outros investimentos do PAC que nós iremos apresentar à população do estado de São Paulo nos próximos dias, mostrando que o governo federal, o governo do presidente Lula tem um compromisso com o estado de São Paulo e com certeza 2024, 2025, serão anos importantes para a consolidação do nosso trabalho no estado de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Seguindo a lista de oradores, chamamos para fazer uso da palavra o deputado Simão Pedro. (Pausa.) Entrando na lista suplementar, o deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Reis, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, hoje é dia 5 de fevereiro de 2024 e nós estamos assistindo a uma das piores atribuições de aulas da rede estadual de todos os tempos, se não for a pior. Eu acompanhei a atribuição na semana passada presencialmente.

Fui até algumas diretorias de ensino, Sr. Presidente, e constatei o caos, o que já era previsível. O que nós já estávamos denunciando exaustivamente já no final do ano passado por conta das resoluções que tinham sido aprovadas, a começar pela demissão em massa de milhares e milhares de professoras e professores da categoria "O".

Depois, com o não pagamento do que eles trabalharam e também o não pagamento das férias - uma violação aos direitos básicos trabalhistas, elementares - estão sendo aqui violados e agredidos pelo governo estadual, pela gestão Tarcísio/Feder - Feder, dono da Multilaser.

Agora só se chama Multi, mudou o nome da empresa dele, Sr. Presidente, mas não parou por aí. Na sexta-feira assistimos a um verdadeiro caos nas diretorias de ensino, na atribuição para as escolas PEI. Professores que tiveram boas avaliações não foram reconduzidos, pontuações erradas, Sr. Presidente.

Inscrições também foram feitas de forma incorreta, mas o nome dele não aparecia no sistema. E agora nós vamos ter mais um processo de atribuição nessa semana com várias injustiças, com vários erros, com várias irregularidades que têm

penalizado milhares e milhares de professores e professoras em todo o estado de São Paulo.

O caos está instalado, Sr. Presidente. É um dos maiores ataques à dignidade humana das professoras e professores da rede estadual de ensino, trazendo sérios prejuízos emocionais, psicológicos, econômicos, financeiros e também na vida dos nossos professores e professoras, que não conseguem mais se organizar, porque uma boa parte dos professores e professoras não voltarão mais para suas escolas de origem, onde eles estavam trabalhando no ano passado.

E, com isso, haverá uma grande interrupção do vínculo entre os professores e os alunos e com toda a comunidade escolar, sobretudo com o projeto pedagógico da escola. Ou seja, estamos assistindo a um verdadeiro crime contra a Educação no estado de São Paulo.

Ao atacar, ao humilhar os professores e professoras da rede estadual, o governo está atacando toda a Educação estadual, atacando também os nossos alunos e todas as comunidades escolares, porque houve um desarranjo, uma desorganização do projeto pedagógico de cada escola, porque esses professores não voltam mais. Então, não haverá mais a continuidade.

Eu já acionei o Ministério Público Estadual para que o Ministério Público faça uma intervenção e tome providências contra essa desorganização generalizada do processo de atribuição de aulas, da demissão em massa de professores. É isso o que está acontecendo. Eu tenho certeza que vários deputados e deputadas estão recebendo também denúncias nos seus gabinetes, nas suas redes sociais, sobre o que está acontecendo.

Eu já acionei o Ministério Público Estadual. Espero que o Geduc, que é esse grupo que atua na Educação, tome providências, faça uma intervenção, porque não é possível que a rede seja destruída dessa maneira, de uma forma irresponsável, leviana, Sr. Presidente. Então, aqui com a palavra o Ministério Público, que tem que agir agora para resolver essa situação gravíssima.

Mas eu acho, Sr. Presidente, para concluir, que não é só uma irresponsabilidade, não é só leviandade. É também, mas é mais do que isso. Eu aqui tenho que retomar a frase do grande Darcy Ribeiro, um grande intelectual brasileiro, educador, antropólogo, sociólogo, enfim, um dos idealizadores do Cieps, do Rio de Janeiro, quando ele disse que a crise da Educação não é uma crise, é um projeto.

Então, o que está acontecendo em São Paulo cabe perfeitamente nessa frase do Darcy Ribeiro. O que está acontecendo aqui, nós temos aqui... O governo Tarcísio/Feder tem um projeto de destruição da Educação estadual. Não é só incompetência, é proposital. É destruição, é ataque. É um ataque deliberado contra o Magistério, contra todos os profissionais da Educação.

Aqui eu só falei uma parte. Tem muitas denúncias que eu vou fazer aqui pela tribuna da Assembleia Legislativa. Muitas eu já levei ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, Sr. Presidente, mas é isso. O governo Tarcísio tem um projeto de destruição da rede estadual de ensino e dos profissionais da Educação, mas nós estamos reagindo à altura, Sr. Presidente. Isso não será feito aqui no estado de São Paulo, porque depois ele vai embora e deixa esse rastro de destruição no nosso estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - O próximo orador é o deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Caro presidente, deputado Reis, prezados deputados estaduais, Carlos Giannazi, Major Mecca, eu hoje venho apresentar um requerimento de informação a respeito da Operação Escudo.

Nos termos do Art. 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o Art. 166 do Regimento Interno requireiro seja oficiado o Sr. Secretário de Segurança Pública, Guilherme Muraro Derrite, para que preste as seguintes informações sobre as ações policiais em curso na Baixada Santista, em especial sobre a denominada Operação Escudo, que segundo definição da própria Secretaria de Segurança Pública tem como objetivo restabelecer a ordem pública e a sensação de segurança na comunidade local, além de prender os responsáveis pelas ações criminosas contra os agentes da Segurança. São essas as perguntas: quais ações da Operação Escudo já ocorreram, em que locais, duração de cada e qual planejamento para que outras aconteçam? Quais são os indicadores dos níveis de desempenho e eficácia das Operações Escudo? A partir do momento em que uma ação da Operação Escudo é desencadeada, qual protocolo de ações passa a ser utilizado?

Qual o efetivo total mobilizado em cada uma das ações da Operação Escudo? Quantos policiais do total do efetivo mobilizado utilizavam câmeras corporais durante as ações da Operação? Nas novas ações da Operação Escudo está sendo garantida a utilização de câmeras corporais pelos policiais?

Em janeiro deste ano o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, a partir do trabalho de especialistas, exarou recomendações sobre as instalações dos equipamentos nos uniformes durante todo o expediente de policiais, dentre outros tópicos de procedimentos.

O governo estadual irá adotar as recomendações do Conselho Nacional de Política Criminal? Se sim, em que fase está o planejamento e qual a previsão para implementação das recomendações, qual o valor do investimento previsto para cada uma das recomendações? Se não, qual a justificativa para a não adoção das recomendações?

Quais medidas de inteligência estão sendo adotadas para a redução de ocorrências de letalidade, tanto de cidadãos quanto policiais? Quais medidas são comumente adotadas para que a população moradora das comunidades, objeto da Operação Escudo, em função de viverem em áreas suscetíveis à penetração do crime organizado, não seja penalizada pelas ações operacionais?

Os policiais envolvidos na Operação Escudo são os mesmos que realizam as operações da Operação Verão? Qual a relação entre essas operações? Todos os policiais envolvidos na Operação Verão na Baixada Santista utilizam câmeras corporais?

Quais investimentos estão sendo planejados e também quais procedimentos estão sendo adotados no que diz respeito ao armazenamento de dados das câmeras corporais?

Eis a justificativa: conforme matéria veiculada pela "Folha de S.Paulo" em 1º de fevereiro de 2024, no ano 2023, 353 pessoas foram mortas por policiais militares em serviço no estado de São Paulo ante 256 no ano de 2022, denotando um aumento de 38% na comparação dos dois períodos, dois fatos chamam particularmente a atenção.

Um deles diz respeito à constatação de que o aumento de mortes coincide com o período em que o governo de São Paulo parou de investir na aquisição de câmeras corporais. O outro relaciona-se especialmente à Operação Escudo na Baixada Santista em que 36 pessoas foram mortas pela Polícia somente entre julho e outubro de 2023.

A primeira ação da operação teve início após a morte de um soldado da Rota no Guarujá e a segunda intervenção em São Vicente, após ataque a um policial militar aposentado.

Matéria veiculada pela CNN, em janeiro deste ano, aponta outras duas mortes cometidas por policiais militares em nova ação da Operação Escudo também iniciada após a morte de um policial em Cubatão, vítima de latrocínio.

Além disso, neste ano de 2024, novas operações foram desencadeadas na região sul da Capital e nos municípios de Santo André, Piracicaba e Guarulhos, conforme a "Folha" informa em 21 de janeiro último.

Em janeiro deste ano, recebi o Ofício nº 13/2024 do gabinete do vereador Chico Nogueira, da Câmara Municipal de Santos, cuja cópia está anexa ao presente, relatando vários abusos que estão sendo cometidos contra a população da Baixada Santista nas ações da Operação Escudo.

Então é importante notar que, nesse ofício, Chico Nogueira mostra que, nos primeiros 40 dias da Operação Escudo no ano de 2023, 28 pessoas foram mortas e houve 958 prisões.

Segundo o portal "Outras Palavras", os familiares se mobilizaram para frear os ataques. Foi realizada uma audiência pública na Unifesp em 25 de setembro. Segundo a defensora pública presente na audiência, 55% dos mortos não tinham passagem pela polícia; 76% não portavam drogas; 84% não foram apreendidos com armas; 67% eram negros. Nenhuma das pessoas presas ou mortas estava vinculada ao assassinato do policial da Rota.

Assim, esse ofício aponta a preocupação também com a Operação Verão na Baixada Santista, quando centenas de policiais, muitos dos quais em formação na Academia de Polícia do estado, descem para a Baixada Santista para fazer o policiamento durante a temporada.

Por todo o exposto, solicito as informações detalhadas em função de sua alta relevância, uma vez que o estado, como detentor do monopólio de legítima força, deve agir para garantir a integridade e a segurança dos cidadãos dentro dos princípios do Estado Democrático de Direito.

Agradeço a tolerância, deputado Reis, mas era importante completar a leitura deste requerimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - REIS - PT - Chamamos para fazer uso da palavra o Deputado Major Mecca.

O SR. MAJOR MECCA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR

- Boa tarde, Sr. Presidente, deputado Reis; todos os deputados desta Casa; funcionários que estão aqui dando suporte ao nosso trabalho; nossos policiais militares e policiais civis, que vivem em um luto eterno.

A cada semana é um policial assassinado no estado de São Paulo e o povo brasileiro pergunta ao nosso Congresso Nacional, pergunta ao governo federal: vocês vão ficar sentados em cima de reformas do Código Penal, do Código de Processo Penal, das leis de execuções penais até quando? Até quando os políticos em Brasília vão assistir de camarote ao povo brasileiro morrer nas mãos de bandidos?

No último sábado, nós enterramos, aqui em São Paulo, no Cemitério do Araçá, o soldado Wesley Cosmo, integrante da Rota, morto dentro de uma comunidade em Santos na última sexta-feira por um criminoso que inclusive foi filmado pela body cam apontando a arma para o policial da Rota e dando um tiro, tirando a vida do policial.

Eu sou policial há 35 anos. Por 31 anos, no serviço ativo, defendendo o povo de São Paulo e convivendo com a miséria. A miséria imposta por partidos políticos que só pensam na sua manutenção no poder e esquecem, e abandonam, o povo.

No nosso País, é a segurança pública, é a educação, é a saúde... está tudo falido. E hoje, que eu estou político - porque eu não sou político, eu sou um policial militar e estou político -, a minha decepção com a política aumentou 50 vezes mais, por conviver e saber que os políticos não se preocupam com o povo. Aqui dentro desta Casa, quem está preocupado com os policiais? Com cidadãos de bem? Com os jovens que estão morrendo nas mãos de bandidos por conta de um aparelho celular? Uma mãe de família que morre na mão de um criminoso porque não conseguiu tirar a aliança da mão? Morre por conta de uma corrente no pescoço. E nós temos que ouvir aqui, discursos dos partidos de esquerda defendendo bandido.

Nesse último sábado, nós tivemos que levar nossas condolências e apertar as mãos de um policial que enterrou o segundo filho nesse último sábado, o segundo. O primeiro filho era o Kennedy Cosmo, policial militar. O Kennedy é o soldado da esquerda, morto por criminosos em 2018.

E sábado agora, o policial Antônio Marcos Cosmo enterrou o seu segundo filho policial, que servia na Rota, morto com 35 anos de idade - deixou esposa e duas filhas gêmeas, de um ano e um mês - na mão de criminosos, de bandidos que subjugam a população.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Lucas Bove.

* * *

Eu falei ao secretário de Segurança Pública, no sábado, ao coronel Cássio: a Operação Escudo tem que vir com suporte do Judiciário, com mandato de busca coletivo, pois nós estamos recebendo denúncias de famílias que são ameaçadas pelo crime, para que guardem drogas, para que guardem, em suas residências, armas e escondam bandidos, traficantes, procurada pela Justiça.

Ou seja, o nosso povo está na mão dos criminosos. E o que está sendo feito em Brasília? O que o Congresso Nacional faz sentado em cima de leis? Que endureça as penas, aumente as penas de roubo, de receptação, que acabe com o privilégio de bandidos dentro da cadeia, acabe com saída temporária.

E saiam nas ruas e conversem com as pessoas, se o que eu falo aqui da tribuna da Assembleia Legislativa não representa o sentimento do povo Brasileiro, do povo no estado de São Paulo. Se algum deputado falar o contrário, os senhores me desculpem, mas estão conversando não sei com quem no nosso estado. Talvez esteja indo conversar com familiares de presos na fila das cadeias, porque esses, sim, não gostam de Polícia.

Ou é bandido, ou família de bandido, porque o restante, idolatra os policiais e sabe que nossos policiais são heróis que estão derramando o seu sangue em nome da defesa do nosso povo.

Só que essa situação precisa de um basta, seja aqui em nosso estado, seja em todo território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL - Obrigado, deputado Major Mecca. Parabéns pelas firmes e necessárias palavras. Chama agora pela lista suplementar o deputado Reis. Vossa Excelência tem o tempo regimental.

O SR. REIS - PT – Quero cumprimentar o presidente, deputado Lucas Bove, o deputado Carlos Giannazi, o deputado Suplicy, o deputado Major Mecca, os funcionários desta Casa, o público presente, os policiais militares, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Penal e todos aqueles que nos acompanham pela Rede AleSP. Presidente, eu quero dizer que a polícia... às vezes a gente começa a cobrar um, cobrar outro, mas a polícia de São Paulo está desmontada.

Faltam 20 mil policiais militares, faltam 17 mil policiais civis. Eu tenho cansado de vir aqui à tribuna para falar e denunciar isso. E o governador falava que era um problema do governo anterior, mas nós já estamos indo para o segundo ano da gestão. Não houve um policial civil contratado, não houve uma posse de policiais civis durante esse período. Em que pese que nós tínhamos concursos que foram feitos no ano anterior, em 2022, e que havia policiais aprovados, eles não foram contratados.

Então, essa questão de Segurança Pública, envolve uma série de questões, uma série de problemas. Eu acabei de receber uma reclamação aqui, de uma rua lá no Portal do Morumbi, que teve seis roubos em um único dia. E ela está próxima, inclusive, de uma base da Polícia Militar. Seis roubos em um único dia.

Agora, a base física não sai dali para prender ninguém. O policial, muitas vezes, tem de ficar lá na base para atender o povo. Então, não existem rondas.

Agem o crime organizado e o desorganizado. Fala-se muito do crime organizado, mas o que mais opera é o crime desorganizado. Para combatê-los, é preciso haver prevenção. É preciso haver inteligência.